

# *Brasil desmoralizou as políticas ortodoxa e heterodoxa*

**JORNAL DO BRASIL** — Os choques não deram certo na economia. O ortodoxo de 1982-1984 produziu recessão, mas não controlou a inflação. O heterodoxo de 1986 não domesticou a inflação. O que fazer em 1988?

**Mário Henrique Simonsen** — O erro foi experimentar, isoladamente, duas terapias complementares. É como se tivesse uma pílula vermelha e outra verde. Tinhama que ser tomadas juntas, mas foram tomadas separadamente e, lógico, o efeito não correspondeu ao esperado.

**Rogério Werneck** — As duas experiências são muito ruins, porque a prescrição não foi seguida à risca.

**Dionísio Dias Carneiro** — O Brasil conseguiu desmoralizar as duas políticas. Em 1988 o governo vai ter que aplicar medidas para reduzir a taxa de inflação reprimida e para quebrar o ritmo da inflação permanentemente acelerada. No ano, entretanto, existe um fato político muito importante: o caráter cada vez mais provisório do próprio governo. Ou melhor, haverá pelo menos dois governos provisórios: até março ou abril, e depois de promulgada a Constituição. O primeiro governo só vai gerar oposição e só dará resultados negativos. O segundo será um governo em véspera de campanha eleitoral. Então é preciso um governo com uma dosagem de espírito público desvinculado do processo eleitoral, algo escasso nesse período.

**Márcio Fortes** — O bom administrador público faz política permanente, conhecendo a sua condição de transitório, mas jogando no futuro. O cargo é provisório, mas por ser integrante de um sistema político tem responsabilidade pela política que faz. O administrador deve ser político, não no sentido de candidato a cargo eletivo, mas como pessoa com visão política para acomodar fatores con-

junturais partidários sem atrapalhar a política definitiva.

**Carneiro** — Só se for lá em Estocolmo.

**Fortes** — Não. Essas pessoas são raras. É por isso que foi difícil encontrar o presidente Tancredo Neves.

**Carneiro** — Não falo em tese. Falo do fato concreto do que será este país nos próximos três meses, e dos oito ou nove meses seguintes.

**JB** — Como será o ano de 1988?

**Simonsen** — Muito semelhante a 1987, no sentido que haverá incertezas apontando para uma inflação alta. Não sei se haverá inflação latente, como diz Dionísio Dias Carneiro. Não arrisco previsões, mas não será nem 600% ao ano nem 120%. Em termos de balanço de pagamentos, desde que se mantenha uma taxa cambial realista o superávit comercial será bom, e caso se aproveite para fazer uma boa renegociação da dívida a economia só de spreads que o Brasil paga a mais será de US\$ 1 bilhão 500 milhões ao ano. Para isso, é preciso compreender que as regras do sistema financeiro internacional não serão mudadas apenas porque nossos negociadores o desejam. A curto prazo, a demanda pré-eleitoral tende a manter as atividades em nível satisfatório. A menos que a estabilidade no emprego passe a ser disposição constitucional. Aí poderá gerar um grande trauma de desemprego inicial. Os investimentos continuarão como estão, com baixos investimentos estatais e privados.

**Carneiro** — Não há mais margem para piorar.

**Simonsen** — Sempre há margem. Em economia não existe fundo do poço.

**Carneiro** — Em 20 anos de indexação, foi possível aprender que existem fórmulas de política salarial para reduzir o salário real, mas não fórmulas para garantir o crescimento real

dos salários. Isto, porque sempre existe a inflação. A mesma situação dá-se com os preços. Mesmo com a taxa de câmbio, que tem reajuste diário, aparece a defasagem, elemento essencial no processo inflacionário. Preocupa-me a necessidade de recuperar estes instrumentos tradicionais de estabilização da economia, para proceder aos reajustes necessários. Se o PIB de 1987 chegar a 3,5%, será uma loucura, porque significa crescimento zero da indústria e que a economia foi sustentada pela agricultura. Em 1988, até o segundo trimestre a atividade industrial será baixa e como a área plantada é mediocre, acredito que o efeito eleitoral será pequeno para sustentar a demanda. Acredito numa taxa de crescimento zero em 1988.

**Fortes** — E aí?

**Carneiro** — É um cenário desastroso.

**Fortes** — A situação aponta para um cenário tão ruim que certamente não ocorrerá, porque se o governo apontar para a direção correta e tiver um mínimo de autoridade política alguma medida corretiva será tomada. Mesmo que em paralelo à votação da Constituição. O que preocupa mesmo é que não sei se a qualidade do texto constitucional será melhorada no plenário. Os parlamentares chegarão a Brasília em janeiro, depois de sentir suas bases; com um mau humor horroroso para votar um documento que se supõe durará 200 anos. Como o que aidna sustenta a atividade econômica é a expectativa da comercialização do Natal, o parlamentar vai votar de acordo com o clima posterior ao Natal, que será horroroso.

**Werneck** — O país ainda não viveu a experiência de começar o ano com inflação de 20% ao mês. As taxas têm flutuado, mas ainda não houve a confluência dessa inflação com o

grau de distensão social atual. Todos os choques impõem perdas, mas será difícil imaginar isso num ano eleitoral e de fim de governo. Quanto menor a perda inicial, menos eficiente é o choque e mais efêmeros seus efeitos. O cenário mais otimista de controle de inflação para 1988 é aquele que contempla dois choques: um no início do ano e outro logo no começo do segundo semestre. Obviamente, a desmoralização será enorme. Já as contas externas sofrerão o impacto da crise internacional posterior à crise das bolsas americanas. O ajuste das contas públicas será pequeno, com um ministro da Fazenda lidando com um governo fraco e um Congresso mal informado. Será sacrificada, mas uma vez, a possibilidade de construir uma ampla base para a futura retomada do crescimento. O PIB crescerá um pouco, a uma taxa insustentável.

**Carneiro** — O front externo é extremamente incerto. Se a disposição do consumidor americano de comprar se inverter, haverá uma recessão internacional em proporções respeitáveis, e há um efeito desastroso nas exportações do Brasil, que terá de vender para faturar o mesmo valor. A precariedade do acordo provisório aumenta a incerteza para 1988. Se o Brasil quiser retomar a moratória — ideia normal caso não houver acordo até 15 de janeiro próximo —, terá que trilhar outros caminhos. Ou faz uma renegociação “máfia” com as instituições multinacionais para não pagar — ou deixar de ter fluxos negativos — ou estende a moratória às entidades multilaterais. Se não conseguir um ajuste com os bancos comerciais, passa a ter uma incerteza muito grande em relação aos créditos de curto prazo, a espada de Dâmones no comércio exterior brasileiro. A durabilidade desses cenários é pequena: pode durar seis ou oito meses.